



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

ATA

COMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Aos seis dias do mês de novembro de 2019, às 18:00hs, na Sala de Comissões da Câmara Municipal de Ribeirão Preto, reuniu-se a Comissão Permanente de Desenvolvimento Econômico, sob a presidência do Vereador Fabiano Guimarães, com a presença do Vereador Luciano Mega e do Secretário Municipal de Planejamento Edson Ortega, para ouvir os empresários que se encontram instalados no Distrito Industrial da cidade. O Vereador Fabiano iniciou explicando a todos os trabalhos já desenvolvidos com relação as demandas dos empresários instalados no Distrito Industrial junto a Prefeitura Municipal, que estão à disposição na Câmara para o que for necessário. Vereador Mega cumprimentou os presentes explicou a todos os trabalhos já desenvolvidos pela Comissão Permanente, solicitou que o Secretário informasse o que já foi desenvolvido até o momento no que tange as demandas dos empresários aqui presentes. Dr. Ortega com a palavra, cumprimentou os presentes, agradeceu pelo convite, que há muitas dificuldades, o volume de passivos é muito grande, estão colocando muitos problemas em ordem; que estão em processo elaboração de peças importantes para a cidade como o Código de Posturas, Plano de Turismo, Código de Meio Ambiente, Plano Municipal de Educação; Que em relação a terceira etapa, tiveram na semana passada, foi aberta licitação para áreas remanescentes, que tiveram 4 propostas e agora precisam republicar o edital para reabrir a oportunidade das pessoas manifestarem interesse no que tange aos lotes, que acolheram as propostas apresentadas. Que foi autorizado o fechamento de ruas, está em vigor o decreto do Prefeito que regulamenta o controle de acesso; em relação as áreas verdes; a Associação foi orientada a formalizar junto a Secretaria do Meio Ambiente um Plano para plantio de árvores. Com relação as áreas institucionais, são muitas áreas, que é um equívoco lidar com o distrito como se lida com as demais áreas da cidade, que assim, mandaram para Câmara uma proposta de emenda a Lei Orgânica acrescentando a possibilidade do Município alienar as áreas, podendo dar outros destinos as áreas institucionais, que estão aguardando a tramitação de tal Proposta na Câmara Municipal. Falou acerca da venda de áreas para formar um fundo imobiliário com o fim de sanar problemas do Município. Falou das lombadas, que já foi orientado à Associação, para entrarem com pedido junto a TRASERP; que com relação a zeladoria melhorou e se tiver algo, que seja comunicado, a pendência no IPHAN também foi resolvida, assim como na CETESB; fez um resumo da situação dos lotes, que estão em funcionamento 43 empresas, sendo 102 lotes, que estão disponíveis para a venda 24 lotes, ha lotes em processo de retomada, no tocante a situação de revenda, explicou que está sendo estudada a mudança da legislação para melhor adequá-la; Ver. Fabiano afirmou que essa questão foi a que motivou a primeira reunião, que a demanda é que fossem tomadas providências para que nos lotes abandonados pudessem ser instaladas empresas. Ortega respondeu ao Ver Fabiano que estão sendo tomadas as providências judiciais em alguns casos para possibilitar a retomada de lotes. Discutiram a necessidade de se estudar e apresentar um projeto, adequando a legislação. Que devido a demora da entrega da ultima etapa, as empresas tiveram que expandir e o projeto inicial, e muitas, não mais comportam no imóvel disponível, isto porque demorou mais do que esperado para a entrega. Os Empresários afirmaram que se tiverem empresários querendo locar, não haveria problema quanto a isso, porque querem o distrito ocupado. Ortega afirmou que há necessidade de se estudar a legislação para dizer se pode ou não, devido ao incentivo fiscal. Edimar afirmou que não há mais incentivo fiscal, os lotes estão sendo comercializados a preço de mercado, que assim, é algo a ser revisto pela



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

Prefeitura. Mafre afirmou que comprou um lote na terceira etapa que pagou cerca de R\$ 240,00 o metro quadrado, que a vantagem da Prefeitura é que poderia parcelar em mais vezes, mas que o preço está dentro do mercado, que a questão de subsídio não há algo interessante. Com relação a questão do aluguel, isto movimento o distrito, o que é interessante, pois com isto conseguirão trazer mais benefícios para o local. A Lei do puxadinho gerou problemas, que é o atraso nas aprovações por conta das regulamentações, que não podem ficar aguardando 3 a 4 meses para iniciar uma obra, a iniciativa privada não pode aguardar tudo isso, que assim, acaba muitas vezes iniciando a obra e tendo que regularizar depois. Ver. Mega afirmou que alguns tópicos já caminharam, como o IPHAN, as áreas institucionais; com relação as empresas poderem ser vendidas e terrenos não indagou como ficou isso. O Secretário afirmou que isto está na questão da necessidade de adequação da lei. Ortega informou que com relação ao incentivo fiscal, que isto está no processo, que se tiver como enquadrar no interesse público acredita que a Câmara Municipal vai aprovar a modernização da lei. Que na terça-feira terão uma audiência pública para discutir a aprovação e regularização de normas para regularização de obras, que podem regularizar as obras até janeiro sem multa, que agora no final do ano os projetos estão sendo protocolados, gerando uma fila de projetos a serem apreciados, que entende que os projetos a serem aprovados não podem estar na mesma fila das regularizações, que estão com algumas dificuldades por conta das modificações na questão das aposentadorias dos servidores da Secretaria, que estão aposentando e deixando os cargos de chefia, que mesmo contratando mais profissionais, não é suficiente, que há aprovação por meio eletrônico, o que gera mais celeridade, a meta é até dezembro 100% dos projetos estarem eletrônicos para projetos de todos os tamanhos, que vai ter um período de transição, a partir de janeiro estará em meio eletrônico; Informou que pretendem alterar o prazo da regularização e da multa que será crescente por 2 anos; Sobre a Secretaria de Desenvolvimento econômico, o Prefeito tem estimulado que o Secretário seja criativo e atuante, que amanhã deve estar concluindo a cessão do prédio da Receita federal para a Prefeitura e deve ir para lá a Secretaria da administração, Meio Ambiente, Planejamento e Desenvolvimento Econômico e Turismo, que lá o empresário será atendido em salas. Que estão com problema muito grave em relação ao sistema que a JUCESP implantou, que está muito mais demorado, que os órgãos estão empenhados na correção do sistema, que tão logo resolva vão fazer um mutirão com várias Secretarias e órgãos para poder suprir o atraso. No tocante aos ônibus para o terceiro turno, é um problema originado pela falta de adensamento no local. Ver. Fabiano indagou se está sendo elaborado um projeto para adequação da lei, O Secretário respondeu que sim; Matheus afirmou que tem conversado com frequência com Sartori da Prefeitura, mas que é preciso dar celeridade e aprovar logo esse projeto de adequação da lei, porque a falta de adensamento está prejudicando todos os demais pontos, como o transporte e serviços no local, que assim é preciso fazer as minutas dos projetos de lei e de decreto e apresentar ao Secretário para conferir o devido andamento. A questão do avanço na legislação solicitaram ao Sr Sartori que sejam marcadas quantas reuniões forem necessárias para que o projeto avance, o Secretário afirmou que é preciso a destinação dos lotes e a comercialização, Matheus afirmou que há necessidades como mudar o ponto de ônibus, o controle de acesso, a facilitação de circulação dos caminhões. Mafre informou que tem alguns problemas com o DAERP, que quando começam uma construção não tem água no local, que hoje há uma normativa que se pegar água do vizinho paga-se uma multa, que o empresariado tem que comprar um caminhão pipa para construir algo, que demora cerca de 5 dias para fazer a visita e tem que ficar um funcionário o dia todo aguardando o fiscal do DAERP chegar porque se não ele vai embora. Sr. Molina cumprimentou os presentes, que a ACI está trabalhando as leis do plano diretor, que estão com uma equipe técnica, colocando-a a disposição, que propuseram no código de meio ambiente a política de água de reuso, faz todo



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

sentido a utilização de água de reuso, também faz sentido uma estratégia da gás brasileiro para chegada do gás natural no distrito, que assim, vão ter algumas discussões do parcelamento que seria interessante a associação participar; Após fazerem suas considerações finais, nada mais havendo, nem interessados em se manifestar, a reunião foi encerrada às 19:25hs, da qual para constar, foi lavrada a presente ata, cujo vídeo encontra-se disponibilizado no Youtube para consulta pública, que após lida e aprovada vai assinada pelo Presidente da Comissão Permanente.


Fabiano Guimarães
Vereador Presidente

Comissão Permanente Desenvolvimento Econômico